

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE AGRONOMIA  
CURSO DE AGRONOMIA  
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Cristiano de Ávila  
00180062**

*“Acompanhamento das atividades de gestão e execução do Plano Brasil Sem Miséria –  
PBSM, no estado do Rio Grande do Sul”*

PORTO ALEGRE, 14 de setembro de 2016.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE AGRONOMIA**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

*“Acompanhamento das atividades de gestão e execução do Plano Brasil Sem Miséria –  
PBSM, no estado do Rio Grande do Sul”*

**Cristiano de Ávila**  
**00180062**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Engenheiro Agrônomo, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Supervisor de campo do Estágio: Eng. Agr. Márcio Marrek Berbigier

Orientador Acadêmico do Estágio: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Charão Marques

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:**

Prof. Alberto Vasconcellos Inda Junior - Departamento de Solos

Prof.<sup>a</sup> Beatriz Maria Fedrizzi - Departamento de Horticultura e Silvicultura

Prof.<sup>a</sup> Carine Simioni - Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia

Prof. Fábio Kessler Dal Soglio - Departamento de Fitossanidade - Coordenador

Prof.<sup>a</sup> Mari Lourdes Bernardi - Departamento de Zootecnia

Prof. Samuel Cordeiro Vitor Martins - Departamento de Plantas de Lavoura

PORTO ALEGRE, 14 de setembro de 2016.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me possibilitar saúde e disposição.

Aos meus pais Claudio e Cleci que nunca mediram esforços e dedicação para me possibilitar o melhor.

Aos amados irmãos Fabio, Fernando, Franciele e Ana Claudia, obrigado pelo carinho e parceria, pelas palavras de incentivo e carinho nos momentos difíceis.

Agradeço aos meus amigos, colegas e demais parceiros que ao longo desta difícil jornada me incentivaram, apoiaram e foram essenciais em todos os momentos.

Dedico este parágrafo à minha esposa e amor da minha vida Priscila, obrigado pelo carinho, amor, incentivo, parceira e todo apoio incondicional nas mais distintas situações, nada disso seria possível sem a tua compressão e parceria. Esta conquista é tanto tua, quanto minha.

Agradeço à EMATER, em especial ao meu orientador de campo Eng. Agrônomo Márcio Marrek Berbigier e à Gerente Regional Adriane Benedetti, os quais sempre se colocaram à disposição e não mediram esforços para a execução deste estágio.

À UFRGS e à Faculdade de Agronomia, por me proporcionar um ensino de qualidade na área em que amo e que só reafirmou minha paixão.

Aos professores pela dedicação, conhecimento e amizade transmitidos em todo este período, em especial à Prof.<sup>a</sup> Flávia Charão Marques, que além dos ensinamentos, sempre foi uma grande parceira. Obrigado pelas conversas, conselhos, materiais e amizade.

Obrigado a todos, e reafirmo o quanto são fundamentais na minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho descreve e analisa algumas atividades conduzidas durante estágio profissional realizado junto à ASCAR/EMATER-RS, do corrente ano. O foco do trabalho é a abordagem da pobreza rural a partir da experiência da atuação da extensão rural na execução do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM. O trabalho, então, se baseia nas atividades de acompanhamento da referida política pública, em levantamentos de dados e pesquisa bibliográfica. As atividades do PBSM no RS foram acompanhadas em duas etapas, uma na sede da EMATER, relacionada principalmente aos processos de gestão e operacionalização centrais do PBSM, e uma segunda parte com enfoque no acompanhamento *in loco* das atividades, junto às equipes de campo dos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Caraá, pertencentes à Regional Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Nestas localidades, foram realizadas visitas, entrevistas com as famílias e com os técnicos, e obtidos relatos das experiências do Plano, bem como acompanhamento das mudanças ocorridas em com a implementação da política. O estágio proporcionou uma experiência fundamental para a futura atuação profissional, evidenciando a importância do trabalho multidisciplinar e socialmente orientado à resolução de problemas no meio rural. Fica também evidenciada a importância da formulação de políticas públicas que promovam o real enfrentamento das causas da pobreza no meio rural. Neste sentido, destaca-se que o combate à pobreza e às desigualdades sociais deve ser uma ação sistêmica mobilizada pelo conjunto da sociedade.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ASCAR/EMATER - RS 7</b>	<b>7</b>
2.1 Caracterização da Regional Porto Alegre .....	8
2.2 A Atuação da EMATER no Contexto da Pobreza Rural.....	9
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
3.1 A Origem e Perpetuação da Pobreza no Meio Rural .....	11
3.2. Caracterização Histórica Do Enfrentamento Da Pobreza No Brasil .....	12
3.3 As Políticas Públicas de Combate à Pobreza .....	14
3.4 O Plano Brasil Sem Miséria – PBSM .....	16
3.5 O PBSM no Estado do Rio Grande do Sul.....	17
<b>4. ATIVIDADES REALIZADAS.....</b>	<b>20</b>
4.1 Atividades na Gerencia Técnica Estadual do Programa - GET .....	20
4.2 Atividades de Campo .....	22
<b>5. DISCUSSÃO .....</b>	<b>23</b>
5.1 Percepções Sobre o Programa e o Estágio .....	23
5.2 Análise e Discussão dos Resultados Alcançados Pelo Programa .....	27
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>33</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul (RS), de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), conta com aproximadamente 1,6 milhão de pessoas residentes em 440 mil estabelecimentos rurais, sendo que 378 mil estabelecimentos pertencem à categoria de agricultores familiares. Para além desses números gerais, é importante perceber a dimensão da pobreza rural no estado do RS, que pode ser expressa por três indicadores principais: a) 149 mil famílias rurais estão inscritas no CADÚNICO<sup>1</sup> (EMATER, 2013); b) 77 mil famílias rurais recebem Bolsa Família (EMATER, 2013), e c) cerca de 30 mil domicílios estão enquadrados como de extrema pobreza<sup>2</sup> (IBGE, 2010). No sentido de delinear o objeto do presente trabalho, é importante ressaltar que, embora as estatísticas mostrem a significância histórica da pobreza rural no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, somente nos últimos anos ela vem ganhando visibilidade e atenção de políticas públicas específicas.

Neste contexto, com a realização do estágio buscou-se entrar na questão da pobreza rural, ainda que isto significasse abordar um tema bastante difícil. O presente trabalho versa sobre a experiência da atuação da extensão rural na execução do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM. O trabalho baseia-se nas atividades de acompanhamento da referida política pública, em levantamentos de dados e pesquisa bibliográfica. As atividades do PBSM no RS foram acompanhadas durante estágio realizado junto à Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural e Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASCAR/EMATER-RS, no ano de 2015. Com o estágio profissional foi possível observar a realidade da extensão rural no que se refere ao trabalho com famílias isoladas e marginalizadas pelos processos de modernização e de concentração da renda, especialmente no campo. Destaca-se, sobretudo, a realidade das mulheres e das crianças assistidas pelo Programa, que são, sem sombra de dúvidas, as maiores vítimas deste processo sócio-econômico desigual, gerador de um ciclo de miséria, exclusão e violência.

---

<sup>1</sup> O CadÚnico é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, conforme estabelecido pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Podem estar cadastradas famílias com renda mensal de até três salários mínimos nacionais ou pessoas com renda mensal de até ½ salário mínimo nacional. Sua inscrição se dá de forma voluntária, com auto-declaração da renda, gerando um Número de Identificação Social (NIS).

<sup>2</sup> A classificação de ‘extrema pobreza’ condiz com a situação de uma pessoa que vive com até 1/8 do salário mínimo em 2009, o que corresponde a R\$ 58,13/mês. Ao longo da execução das ações do Programa de Fomento, esta renda foi elevada para até R\$ 77,00 *per capita* mensais para fins de enquadramento.

O PBSM caracteriza-se como uma política pública de combate à pobreza extrema no meio rural, estabelecendo ferramentas para o resgate e a valorização das famílias que se encontram nesta situação. As atividades realizadas focaram nas ações em curso desta política, sendo o estágio realizado em dois momentos: uma primeira parte focada na gestão do Programa; e uma segunda a campo, conhecendo a rotina das equipes de trabalho. Buscou-se acompanhar as mais distintas situações e realidades, tanto nos desafios da gestão e operacionalização do Programa, por parte da gerência, como os das equipes de campo, através do convívio com os técnicos e com as famílias assistidas. A primeira parte do estágio foi realizada junto à Gerência Técnica do Programa para o RS, que se localiza na Sede da EMATER, em Porto Alegre. Ali, foram desempenhadas as atividades voltadas à gestão executiva do PBSM, fazendo a ligação das demandas do Programa no âmbito Federal com as demandas dos escritórios regionais, bem como com as equipes dos escritórios municipais. A segunda parte do estágio possibilitou uma imersão na realidade das famílias, e ocorreu nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Caraá, localizados na região do Litoral Norte do RS. Estes municípios integram, dentro da estrutura organizacional da instituição, a Regional Porto Alegre.

Fundamentalmente, neste relatório, serão abordados os temas na seguinte lógica, será feita uma contextualização da pobreza no meio rural, assim como, das políticas públicas voltadas a estancar tal realidade. Em seguida, será dado destaque para a ação da assistência técnica neste contexto, e para o PBSM como uma política de enfrentamento à miséria, buscando identificar a percepção da mudança decorrida em função desta política. Estes aspectos serão tratados à luz das atividades práticas realizadas e considerando as características da instituição onde foi realizado o Estágio Curricular Obrigatório.

## **2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ASCAR/EMATER - RS**

Em dois de junho de 1955, foi fundada a ASCAR-RS que, desde então, está presente na agricultura e no rural do RS. Com a fundação da EMBRATER, em 1975, a ASCAR-RS opta por se transformar em EMATER, passando a fazer parte do sistema brasileiro. A instituição tornou-se a representante do serviço oficial de extensão rural do Estado, e construiu uma trajetória baseada na dedicação de seus vários profissionais. O foco de atuação é a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), atuando no sentido de promover o desenvolvimento agrícola e rural do RS; é também parte de suas atribuições tomar parte na execução de diferentes políticas públicas dos Municípios, do Rio Grande do Sul e da União (EMATER, 2016a). Destaca-se que a EMATER, após a extinção da EMBRATER, em 1990, passa a trabalhar mediante convênios firmados com municípios e outras organizações. Com as mudanças estabelecidas, já nos anos 2000, com a Lei de ATER, a EMATER passa a fazer parte do SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural) e prestar serviços de ATER também mediante participação em Chamadas Públicas específicas.

A EMATER/RS desenvolve suas atividades fomentando o desenvolvimento rural, planejando, coordenando e executando programas de assistência técnica e extensão rural, visando despertar o público rural para conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, na busca da construção da melhoria das condições de vida no meio rural e no aumento da produção e da produtividade agropecuária do Rio Grande do Sul, de acordo com as políticas de ação dos Governos Federal e Estadual (EMATER, 2016a).

Entretanto, a EMATER também atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, que representam um contingente superior a 250 mil famílias de assistidos em mais de 480 municípios (EMATER, 2016a). Para realizar as ações, a instituição conta com mais de 2.000 empregados e uma estruturação organizacional com um Escritório Central, localizado na capital Porto Alegre, e 12 Escritórios Regionais, nas quais concentram equipes que ajudam a gerenciar os Escritórios Municipais (EMATER, 2016a). As equipes são variáveis em termos numéricos e em termos dos profissionais, embora haja um esforço de manter grupos multidisciplinares de trabalho. O estágio abrangeu as atividades do PBSM do RS como um todo, porém, conforme descrito anteriormente, foi realizado nos municípios de Porto Alegre,

sede da instituição, e nos escritórios municipais de Santo Antônio da Patrulha e Caraá, que compõem a Regional Porto Alegre.

## **2.1 Caracterização da Regional Porto Alegre**

A Região de atuação do Escritório Regional de Porto Alegre da EMATER (ESREG POA) é composta de cinco Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (COREDES) e 72 municípios. Deste total, 69 possuem escritórios locais da EMATER/RS (EMATER-RS/ASCAR, 2016). Esta região acumula em torno de um terço da população do Estado, representando ao mesmo tempo um vasto mercado consumidor e uma ameaça devido à pressão econômica expressa pela forma de ocupação imobiliária (EMATER, 2016a).

Entre outras atividades, a regional Porto Alegre vem executando o Programa Fomento à Inclusão Produtiva para Agricultores Familiares, integrando o Plano Brasil Sem Miséria. Estão sendo atendidos por este programa 700 famílias do meio rural de sete municípios, com os recursos provenientes do MDA e MDS. A segunda etapa deste convênio inclui 500 famílias de agricultores de Rolante, Taquara, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo, Caraá, Itati, Mampituba, Maquiné, Mostardas, Palmares do Sul, Terra de Areia, Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel e Sentinela do Sul. Além disto, famílias de indígenas de Porto Alegre, Viamão e Riozinho, Caraá, Maquiné, Osório, Palmares do Sul, Torres, Barra do Ribeiro e Camaquã estão entre os beneficiados (EMATER, 2016a).

## **2.2 A Atuação da EMATER no Contexto da Pobreza Rural**

As atividades de ATER, como já mencionado, são executadas tendo por base a unidade familiar de produção, envolvendo o homem, a mulher e o jovem. A ação pressupõe uma continuidade de atividades desenvolvidas com as famílias e para isto são utilizados diversos métodos tradicionais de Extensão Rural, a saber: Contato, Visita, Reunião, Feiras, Seminário, Dia de Campo, Excursão Técnica, Rádio, Demonstração de Método (DM), Unidade Demonstrativa (UD), Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e Unidade de Observação (UO), entre outros. Assim, enquanto processo educacional informal desenvolve diversas atividades envolvendo uma mesma família e, em uma visão sistêmica, abrange uma diversidade temática em acordo com as suas necessidades e que são executados através desses diferentes métodos (EMATER, 2016a).

A estratégia de atendimento ao público de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dos Programas Oficiais, Planos Safra e Desenvolvimento Rural Sustentável se dá através de processos de intervenção socioeducativos baseados em metodologias participativas de comunicação e ações compartilhadas mediante as quais se busca a construção dos conhecimentos, com o objetivo de alcançar um Desenvolvimento Rural Sustentável, pautado pela equidade. Para tanto, são valorizados os distintos saberes e o intercâmbio de experiências através dos métodos de diagnóstico e operacionalização da extensão rural, com vistas à elevação da qualidade de vida, da geração de renda e da segurança e soberania alimentar das famílias da agricultura familiar e a busca de alternativas e propostas adequadas para os diferentes segmentos agrícolas e rurais, com fortalecimento das ações que beneficiem as famílias produtoras da agricultura familiar, dos jovens e dos consumidores (EMATER, 2016a).

Conforme o abordado anteriormente, a EMATER constitui-se como uma entidade com importante papel no combate à pobreza e as desigualdades no meio rural. Sua atuação junto ao público de baixa renda sempre foi notória, sendo em muitos municípios um dos únicos, se não o único, agente público a trabalhar com tal viés. Desde o início de suas atividades e ao longo dos últimos anos vem atualizando e capacitando suas equipes técnicas para tal realidade, tanto que ao longo dos últimos anos houve uma reestruturação do modelo de equipe técnica, com a integração de outros profissionais não somente àqueles voltados a área técnica produtiva, como também profissionais das áreas humanas e sociais. Para a execução do Programa, foi capacitada uma equipe multidisciplinar formada por cerca de 350 extensionistas composta por profissionais das ciências agrárias (Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Agrícolas, Veterinários, Técnicos em Agropecuários, Tecnólogos em Desenvolvimento Rural, etc.) e das ciências sociais (Assistentes Sociais, Nutricionistas, Pedagogos, Psicólogos, Sociólogos, Técnicos em Enfermagem, entre outros), que atuam diretamente na execução das ações de ATER junto ao público participante (EMATER, 2016a).

A execução das ações do Programa de Fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, apresentou inúmeros desafios à extensão rural. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a mudança do olhar sobre as realidades locais, rompendo com a invisibilidade da pobreza rural perante as instituições. Neste sentido, as ações desenvolvidas deram visibilidade à pobreza existente em vários municípios e promoveu uma aproximação da instituição de ATER com a assistência social municipal, permitindo a execução conjunta de atividades e (re)afirmação do caráter socioassistencial da EMATER/RS (Benedetti, 2016).

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 A Origem e Perpetuação da Pobreza no Meio Rural

Com o propósito de realizar uma breve caracterização e contextualização dos temas a respeito da pobreza, serão abordados alguns autores e fontes que versam sobre tal assunto. Simmel et al. (2000 apud Rabelo, 2014) estabelecem uma concepção de pobreza na qual pobre é todo aquele que é, ou deveria ser, assistido, ou seja, “um grupo real ao qual a sociedade reconhece um status específico, no caso, o de assistido”.

Ampliando esta visão e estabelecendo uma relação entre pobres e sociedade, Lavinias et al. (2003 apud Rabelo, 2014) tecem três observações acerca da definição *simmeliana* da pobreza. Em primeiro lugar, nessa concepção, a pobreza é sempre um estado relativo: pobre é aquele que não tem meios de atender às necessidades que fazem parte do mínimo vital, o qual irá variar em função do grau de desenvolvimento e do nível de riqueza de uma dada comunidade ou sociedade. Em segundo, nessa definição de pobreza reforça a existência de vínculos entre os assistidos e a sociedade, de onde se conclui que não há excluídos, no sentido de indivíduos à margem da sociedade. Além disso, a assistência ao pobre se justifica em função da manutenção da coesão social: “em lugar de se constituir num fator contra o risco (seguro), a assistência é entendida como um mecanismo de proteção da sociedade em benefício próprio (redução do risco dos não pobres frente aos pobres)” (RABELO, 2014). Os autores ressaltam esta relação com o contexto maior da sociedade, sendo mediada por direitos e deveres dado que a assistência visa manter o laço social, pois é um dever da sociedade combater a pobreza e um direito dos pobres receber assistência, no quadro de um modelo de solidariedade nacional e de harmonia social (RABELO, 2014). Estas observações ajudam a entender que a discussão meramente “econômica” da desigualdade está condenada à superficialidade e ao fracasso por uma razão muito simples; a dimensão econômica não percebe os dois aspectos mais fundamentais para a compreensão do fenômeno da desigualdade nas sociedades modernas, que estão intimamente relacionados, mas são analiticamente separáveis: sua gênese e sua legitimação (SOUZA, 2006).

Souza (2006) também enfatiza que nossa percepção cotidiana do senso comum é tão superficial, enganadora, míope e unidimensional como a própria percepção econômica da realidade. Ou seja, do mesmo modo que o mercado, e em grande parte por conta da influência dele sobre nós, não nos interessamos nem percebemos a gênese e o mecanismo sutil e pré-reflexivo que legitima o acesso privilegiado de alguns a todos os bens ideais e materiais

escassos e condena outros à penúria e a uma vida indigna deste nome. Tomamos o valor das coisas pelo que elas “dizem” que são e ficamos apenas na superfície dos fenômenos (SOUZA, 2006).

De mesmo modo e como um norte e balizador das ações de combate à miséria, Sen (2000) salienta que o desafio de erradicar a miséria no meio rural demanda medidas simples, mas eficientes, que vão desde a orientação para que as famílias encontrem os princípios que fundamentam a cidadania, como o acesso à documentação e cadastro nos programas sociais, processos de capacitação, fomento, orientação continuada de apoio à produção para autoconsumo e venda de excedentes.

Os autores brevemente mencionados, aqui, trazem elementos que permitem denotar a complexidade do tema ‘pobreza’, tanto como problema percebido pela sociedade, como tema sobre o qual o conhecimento acadêmico vem se ocupando. Assim, existem diferentes formas de identificar e classificar as populações marcadas, por um lado, por grande precariedade material e, por outro, por grande estigmatização. Ou seja, populações precarizadas nos dois eixos que definem o *status* de (não) cidadania: a redistribuição e o reconhecimento. É exatamente esta característica de precariedade extrema, material e simbólica, que fornece os referentes básicos de suas trajetórias, a partir das quais se produzem seus esquemas de interpretação e ação (RABELO, 2014).

### **3.2. Caracterização Histórica Do Enfrentamento Da Pobreza No Brasil**

Segundo Benedetti (2016), os primeiros estudos sobre a fome no Brasil, enquanto fenômeno coletivo, ocorreram na década de 1940. Em sua obra clássica “Geografia da Fome”, Josué de Castro apontou os aspectos sociais e políticos vinculados à fome, para além dos fatores climáticos, evidenciados nos constantes episódios de seca no Nordeste. Estas análises pioneiras subsidiaram a adoção de medidas, como as campanhas de alimentação escolar da década de 1940, que viria a dar origem ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no ano de 1954. Tais iniciativas tinham por objetivo fornecer alimentação a estudantes de forma a sanar a carência alimentar que interferia nas condições de aprendizagem escolar.

Em decorrência do golpe militar de 1964, Josué de Castro exilou-se na França e o tema da fome foi remetido à questão de incremento da produção agrícola brasileira. Os governos militares que se sucederam implantaram um modelo de desenvolvimento pautado pela modernização. De acordo com esta visão, pretendia-se promover um conjunto de

mudanças estruturais na agricultura brasileira, desde a base técnica até a sua inserção na economia nacional, visando a modernização do setor sem alteração na estrutura agrária. O novo modelo de desenvolvimento agrícola foi posto em marcha por meio de políticas públicas, tais como as de crédito, de comercialização, de desenvolvimento tecnológico, e da criação de um aparato estatal formado por órgãos de Pesquisa e de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) direcionados para o setor, que na literatura brasileira ficou conhecido como “modernização conservadora” (BENEDETTI, 2016).

Imaginava-se que a modernização da agricultura se encarregaria de suprir o mercado interno de alimentos, produzir matérias-primas e gerar excedentes para exportação, de forma que o decorrente incremento na produção agrícola daria conta de equacionar definitivamente a questão da fome e da miséria. No entanto, os sucessivos “choques do petróleo” ocorridos na década de 1970 abalaram a economia brasileira, gerando recessão, perda do poder aquisitivo dos salários, desemprego e agravamento da pobreza no país, de tal forma que os anos de 1980 ficaram conhecidos na história do país como a “década perdida” (BENEDETTI, 2016).

A abertura política do Brasil e a retomada da mobilização social nos anos de 1980 abriu espaço para o surgimento de vários movimentos sociais e para forjar uma nova relação entre Estado e sociedade civil organizada. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novas formas de participação política e descentralização de políticas públicas, através, por exemplo, da criação de conselhos como forma de controle social sobre a aplicação dos recursos públicos (BENEDETTI, 2016).

Neste contexto de redemocratização, o debate em torno da questão da fome foi retomado, sob a noção de segurança alimentar. De acordo com Maluf et al. (1996, *apud.* Benedetti, 2016) este tema apareceu pela primeira vez no ano de 1986, entre os elementos definidores de uma política de abastecimento alimentar. O tema da segurança alimentar ganhou maior ênfase posteriormente, no âmbito do chamado “governo paralelo”, formado por setores opositores ao governo eleito em 1989, tendo sido elaborada uma proposta inicial de uma Política Nacional de Segurança Alimentar.

Outro aspecto relevante, abordado por Butto (2014), é a superação da subordinação das mulheres rurais que tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos. No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem-terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. Essas conquistas e um maior reconhecimento

social de suas reivindicações foram fruto da realização de grandes mobilizações nacionais, como a Marcha das Margaridas. Criam-se, assim, condições mais favoráveis para a formulação e a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais e para a afirmação de uma agenda feminista no desenvolvimento rural (BUTTO, 2014)

No final da década de 1990, foi criado o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, através da articulação de entidades e movimentos sociais, o qual ganhou visibilidade ao ser incorporado pelo Movimento pela Ética na Política e pela Ação da Cidadania, Contra a Fome e Pela Vida. Tais fatos, segundo Leão e Maluf (2012) *apud* Benedetti (2016), implicaram na formulação de um conceito de segurança alimentar e nutricional amplo e voltado à realidade brasileira, no reconhecimento da alimentação como um direito humano e na criação de um sistema público de segurança alimentar e nutricional.

Ainda, segundo BUTTO (2014), a partir de 2003, momento em que a assistência técnica e extensão rural passou a ser uma atribuição do MDA, e que se constituiu a Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, a partir de uma ampla consulta junto à sociedade civil, buscou-se incorporar a dimensão de gênero. Indicação de conteúdo, critérios de seleção de projetos a serem financiados e orientações metodológicas que deviam ser consideradas, para atender às necessidades das trabalhadoras rurais e promover a igualdade de gênero, foram parte das medidas incluídas para buscar uma orientação de cunho feminista.

### **3.3 As Políticas Públicas de Combate à Pobreza**

No início de 2003, foi lançado o Programa Fome Zero, concebido a partir do reconhecimento da existência de 44 milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade alimentar (ou seja, cerca de 28% da população do país) por insuficiência de renda e dificuldade de acesso ao alimento (MDS, 2016).

Os esforços empreendidos pelo Brasil no enfrentamento à fome e à pobreza têm se refletido na melhoria dos indicadores sociais, levando ao reconhecimento internacional desta experiência, conforme Rocha et al. (2009 *apud* Benedetti, 2016). A estratégia brasileira de enfrentamento à fome e à pobreza parte da articulação de programas de promoção do acesso ao alimento com os de apoio à produção agrícola e de fortalecimento da agricultura familiar (BENEDETTI, 2016)

O Programa Fome Zero articulou vários programas, compondo uma estratégia governamental de enfrentamento à fome. Uma das principais ações correspondeu à criação do

Bolsa Família, que unificou vários programas de transferência de renda pré-existentes, visando promover o acesso à alimentação adequada por meio da complementação de renda a famílias em situação de vulnerabilidade social. O programa possui condicionantes relacionadas à educação (matrícula das crianças em escolas) e saúde (exigência de exames pré-natal e vacinação das crianças) e, atualmente, possui grande abrangência nacional. A estimativa abordada por Neri et al. (2006 apud Benedetti, 2016) aponta que entre os anos de 2004 e 2006 foram incorporadas 4,5 milhões de famílias ao Bolsa Família, perfazendo um total atual de 11 milhões de famílias. Posteriormente, no início de 2011, o Programa Fome Zero foi incorporado pelo Plano Brasil Sem Miséria.

O programa Bolsa Família permitiu acabar com a extrema pobreza, retirando 22 milhões de pessoas da miséria. Mais de 1,75 milhão de pessoas de baixa renda se matricularam em cursos de qualificação profissional do PRONATEC, melhorando suas perspectivas de trabalho e renda (MDS, 2016). Mais de 960 mil cisternas, incluindo as de consumo e as de produção, foram construídas e entregues desde o início do Brasil sem Miséria. Estas ações contribuem, em especial, para mitigar efeitos da falta de chuvas ou de acesso à água. Os repasses da Ação Brasil Carinhoso aos municípios contribuíram para que a quantidade de crianças do Bolsa Família matriculadas em creches aumentasse 33% entre 2011 e 2014 (MDS, 2016).

Os resultados foram mencionados a título de exemplo, eles representam apenas alguns dos principais resultados alcançados pelo Plano. No entanto, é preciso dar continuidade ao processo, contando com uma estratégia nacional ampla, sistemática e articulada de combate à pobreza. Por isso, as iniciativas do Brasil sem Miséria foram mantidas e, em muitos casos, fortalecidas, em especial para encontrar e incluir nos programas sociais os brasileiros que permaneçam desprotegidos e para avançar na estratégia de inclusão produtiva (MDS, 2016).

No Rio Grande do Sul, considerando que a pobreza no meio rural atinge cerca de um terço das famílias que compõem o universo da agricultura familiar, algumas experiências de combate à pobreza foram implementadas ao longo dos últimos anos. Em especial, destaca-se o papel da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR, em função da criação do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural. O foco do programa é promover melhorias para as famílias de agricultores em termos de resgate da cidadania, melhoria nas condições de vida, da renda e do trabalho, além de facilitar o acesso a políticas públicas. Na execução e acompanhamento do programa, o papel da EMATER/RS foi fundamental. O programa previa, além das atividades de desenvolvimento agropecuário que assegurem a inclusão produtiva, incentivo à produção para autoconsumo e a venda de

excedentes. Neste processo, também foram incluídos povos e comunidades tradicionais (indígenas, remanescentes de quilombos, pescadores artesanais), por se tratarem de públicos igualmente em condição de pobreza. Dentre ações específicas, se destacam o ingresso à cidadania pelo acesso à documentação, cadastramento social e a orientação para acesso às políticas públicas como habitação, saúde, educação e promoção social, para as quais outras Secretarias de Estado, órgãos governamentais e não governamentais atuaram como parceiras no projeto que integra o RS Mais Igual do Governo do Estado (EMATER, 2016b).

### **3.4 O Plano Brasil Sem Miséria – PBSM**

O Plano Brasil sem Miséria foi instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Criado para auxiliar no combate à extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano (MDS, 2016).

Para lidar com tantos desafios, o Brasil sem Miséria se organizou em três eixos:

- Garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza;
- Acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias;
- Inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, o Plano conta com a participação de 22 ministérios, além da parceria de estados e municípios, de bancos públicos, do setor privado e da sociedade civil (MDS, 2016).

A partir do eixo de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, foi criado o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. O Programa de Fomento tem como foco os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza extrema e consiste em um financiamento não reembolsável para estruturação de um projeto produtivo de geração de renda. No Rio Grande do Sul, foi executado mediante Acordo de Cooperação Técnica entre MDS, MDA e SDR, cujas ações ficaram a cargo da Emater/RS, instituição oficial de ATER (Benedetti, 2016).

### 3.5 O PBSM no Estado do Rio Grande do Sul

A partir de 2011, a EMATER/RS iniciou a realização de estudos e revisão bibliográfica para a caracterização e dimensionamento da pobreza rural no estado do Rio Grande do Sul (EMATER, 2016b). Posteriormente, foi promovido um Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo –SDR e a Emater/RS para o enfrentamento da pobreza extrema no meio rural com o objetivo de prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER - e aplicar os recursos do programa Fomento à Inclusão Social e Produtiva, oriundos do MDS, para 11 mil famílias de agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas em situação de pobreza extrema (EMATER, 2013).

O objetivo inicial do programa foi aplicar recursos de fomento, em uma primeira etapa, para 6.000 famílias de agricultores familiares e, na segunda etapa, mais 5.000 famílias de agricultores familiares contemplando famílias indígenas enquadradas nos critérios de extrema pobreza, realocando 477 beneficiários da primeira etapa, através da elaboração de Planos de Estruturação Familiar Produtiva e Social, alicerçados pelo trabalho de assistência técnica e social da extensão rural (EMATER, 2013).

A dinâmica utilizada para o desenvolvimento do Programa no estado seguiu a base da metodologia participativa e dialógica, utilizando capacitações dinâmicas e incentivando experiências práticas aliadas ao conhecimento teórico, de forma a construir o resgate do saber-fazer dos sujeitos envolvidos. A proposta de trabalho foi desenvolvida em 69 municípios na 1ª etapa e 207 municípios na 2ª etapa localizados em todas as regiões do estado do RS, com a participação de um número variável de beneficiários por município. Do total da 2ª etapa, 195 são novos municípios ao Fomento BSM. Em 12 municípios houve atendimento simultâneo de povos indígenas e agricultores familiares tradicionais. Os grupos de agricultores (as) atendidos nas atividades grupais e comunitárias foram constituídos, em média, por 10 a 30 participantes adequando-se à realidade local (EMATER, 2013).

As atividades do Programa constituíram-se em uma série de etapas, de acordo com uma sequência lógica e temporal, conforme detalhado a seguir e ilustrado em Figura 1.

#### 1. Mobilização e seleção das famílias

Nesta atividade foram realizadas ações de mobilização e seleção das famílias, com a promoção do acesso de parte das famílias, quando necessário, aos cadastros da Declaração de

Aptidão ao Pronaf (DAP) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO). Esta atividade foi realizada em duas etapas:

a) Reunião inicial com Prefeitura Municipal, Assistência Social, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Conselhos Municipais de Agricultura e Assistência Social e outros parceiros locais para identificação das comunidades e famílias a serem beneficiadas.

b) Reunião inicial com as famílias por comunidade ou grupo de famílias para apresentação da proposta de trabalho e agendamento para realização do diagnóstico da UP e família.

## 2. Diagnóstico da UPF

Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF) utilizando modelo de formulário fornecido pelo MDA, com vistas à identificação de demandas dos integrantes da família para acesso a políticas públicas e levantamento de dados para elaboração do Projeto de Estruturação Produtiva Familiar. A EMATER RS possui grande experiência em aplicação dialogada de questionários de diagnóstico, e as entrevistas foram realizadas com 01 técnico da área agropecuária e 01 técnico da área de bem-estar social. Importante salientar que para esta atividade, invariavelmente, foram realizadas inúmeras visitas.

## 3. Orientação para Acesso a Políticas Públicas e capacitação continuada na área de bem-estar social

Atividade comunitária ou grupal com duração média de 04 horas para apresentação e orientação sobre o acesso às políticas públicas disponíveis para o público, bem como para seleção de conteúdos a serem desenvolvidos nas áreas de garantia de direitos, saúde, alimentação, educação ambiental. Em média foram realizados 08 encontros de duração média de 04 horas, durante os 24 meses, os quais fortaleceram os processos organizacionais das comunidades e os vínculos sociais entre as famílias e as instituições.

## 4. Elaboração do projeto de estruturação produtiva familiar

A atividade foi realizada com a família, preferencialmente, com duração média de 04 horas para a elaboração do Projeto de Estruturação Produtiva Familiar. Foi utilizada sempre metodologia participativa e propositiva, em que as famílias expressavam ali sua vontade e suas preferências quanto aos projetos produtivos, o que deu legitimidade aos projetos e oportunizou melhores resultados.

## 5. Acompanhamento e Orientação Técnica

Atividade individual/familiar com duração média de 02 horas para acompanhamento e orientação técnica acerca das atividades desenvolvidas no Projeto de Estruturação Produtiva Familiar/Fomento. Foram realizadas, no mínimo, 03 visitas por propriedade durante o desenvolvimento do projeto.

## 6. Capacitação Técnica

Foram realizadas no mínimo três atividades de capacitação técnica com grupos de famílias, com conteúdos advindos dos temas predominantes dos Planos de Estruturação Produtiva, com duração média de 06 horas/atividade.

## 7. Avaliações

Foram realizadas atividades de avaliação e análise crítica do programa por parte das famílias assistidas. Em média, foram realizadas três atividades de avaliação do projeto. Duas delas foram realizadas com as entidades parceiras nos municípios ao final do ano I e final do ano II e uma avaliação individual com as famílias por ocasião da terceira visita de acompanhamento (EMATER, 2013).

**Figura 1 - Dinâmica do plano Brasil sem Miséria**

### Mobilização das Famílias

- Criação dos Comitês Gestores
- Busca Ativa

### Diagnóstico da UPF

- Visita e acompanhamento das Famílias

### Orientação para acesso a políticas públicas

- Atividade junto aos Grupos de Famílias

### Elaboração dos Projetos Produtivos

- Utilizando metodologias participativas

### Acompanhamento e Orientação Técnica

- Acompanhamento constante das famílias

### Capacitação Técnica

- No mínimo 3 atividades coletivas

### Avaliação

- Avaliação e análise crítica do PBSM por parte das famílias.

Atualmente, o Programa está em fase final de execução para as ambas as etapas, porém os recentes cortes de verbas federais, ocorridos em função da atual situação econômica do País, bem como a inconstância política da atual fase transcorrida, impossibilitam a sequência do programa. A terceira etapa já foi elaborada e aguarda análise do MDS para liberação dos recursos. Já as famílias não contempladas com algumas das três parcelas das primeiras etapas, ainda aguardam liberação dos recursos.

#### **4. ATIVIDADES REALIZADAS**

##### **4.1 Atividades na Gerencia Técnica Estadual do Programa - GET**

As atividades desempenhadas na GET, do Plano Brasil Sem Miséria, se deram através do acompanhamento e auxílio ao Responsável técnico Eng. Agrônomo Marcio M. Berbigier.

O Programa, como já foi abordado anteriormente, apresenta-se como um plano ambicioso de redução da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, com uma série de atividades, prazos e metas. As atividades foram realizadas pelas equipes de campo junto às famílias, através dos projetos produtivos e das capacitações coletivas, gerando documentos e informações que são processados pela GET. Cabe a GET a gestão do programa, pela interlocução das equipes de campo, das coordenadorias regionais e na comunicação com a Gerência Federal do Programa (MDS e MDA).

O estágio, inicialmente, teve como propósito dar suporte e apoio nas mais distintas atividades da gerência, tais como:

- Auxílio na comunicação com as equipes de campo;
- Preparação de materiais e relatórios;
- Análises e organização de Laudos Coletivos, conforme Tabela 1, necessário para a liberação dos recursos, por parte do MDA;
- Auxílio e abastecimento de informações no banco de dados informatizado do Programa, conforme Figura 2;
- Acompanhamento de reuniões, oficinas, visitas às famílias;
- Reuniões de atualização, capacitação e avaliação das atividades das equipes de campo.

Nesta etapa foram acompanhadas as atividades burocráticas de gestão e gerência estadual do Programa. Foi possível verificar as dificuldades e complexidade de gestão e operacionalização de um Plano tão amplo.

**Figura 2- Tabela de Acompanhamento das atividades de campo.**

ID	Técnico	Município	nº beneficiários	Regional	Situação do ID
3786194	Clovis Roberto Lencina Duarte	Alegrete		Bage	Necessidade de imposição dos tr
5215327	Charlise da Silva Nunes	Camaqua		6 POA	Necessidade de imposição dos tr
3827279	Bruna da Costa Santa Maria	Mariana Pimentel		14 POA	Impostar ateste coletivo da capac
4209209	Marciane Lourdes Cronely	Rio dos Índios		22	necessidade de imposição dos tr
5081927	Flavio Junior Rumpel Brum	Quevedos		13	Impostar Ateste coletivo do segun
2333213	Marisiani Ferrari	Dois Irmãos das Missões		5	Apenas um ateste imposto. Falt
4026927	BRUNA MEZZOMO NEUBAUER	Faxinal do Soturno		9	Apenas um ateste imposto (falt
3120934	SIMONE MAI - excluído3016	tupanciretã		0 Santa Maria	ID com zero beneficiário cadastra
4909671	MARISETE ROCKENBACH	Julio de Castilhos		15 Santa Maria	OK - os tres atestes impostados nã
4016529	SIMONE MAI excluído	tupanciretã		Santa Maria	Cadastrar todos os beneficiarios q
3513141	SIMONE MAI - excluído	tupanciretã		Santa Maria	ID a mais com mesmo ateste cada
3980400	SIMONE MAI - excluído	tupanciretã		Santa Maria	ID a mais com mesmo ateste cada
4707896	MARCIA CRISTINA DE LIMA CABRAL	OK			OK sem pendência
4707545		OK			OK sem pendência
4636913		OK			OK sem pendência
4717293	MARISTELA REMPEL	Viamão		4 POA	Imponete quatro beneficiarios cad
4634631	TATIANE DOS SANTOS	AMETISTA DO SUL		9	OK

Fonte: Autor

É complexo abastecer um banco de dados informatizado (Figura 3), embora ele seja uma ferramenta excelente de gestão de pessoal e de informações, eliminando de forma significativa o acúmulo de documentos, em formato de “papel” e agilizando os processos.

**Figura 3 - Sistema Informatizado do Programa**

Fonte: Site MDA

Embora existam inúmeros desafios, podem ser destacados os seguintes: comunicação, que ainda é precária em regiões isoladas do estado; as dificuldades pessoais, como as de alguns profissionais da extensão rural com o sistema informatizado; dificuldades de cumprimento de prazos, datas e cronogramas; além do grande volume de documentos, processos e procedimentos requeridos por parte do MDS.

## 4.2 Atividades de Campo

As atividades de campo foram desempenhadas, como mencionado anteriormente, junto às equipes dos escritórios municipais de Santo Antônio da Patrulha e Caraá, que integram a Regional Porto Alegre.

Esta etapa do estágio foi fundamental para a vivência da realidade diária das equipes, bem como, de uma experiência ímpar junto às famílias beneficiárias do Programa, possibilitando um contato direto com o dia a dia da extensão, no trabalho com o público assistido e, do mesmo modo, com a percepção das famílias com as mudanças ocorridas em função do Programa.

Primeiramente, foi possível acompanhar como é a organização e distribuição das tarefas por parte de cada equipe. Para isto, foram realizadas reuniões em ambos os municípios para apresentação e relato das experiências, junto às equipes técnicas responsáveis pela execução do programa, no município, conforme Figura 4.

**Figura 4 - Reunião com as equipes técnicas dos escritórios municipais**



Fonte: Autor

No município de Santo Antônio da Patrulha, foram realizadas visitas às famílias beneficiárias (Figura 5) juntamente com o Técnico Agrícola Fladimir Heleno Schmidt, responsável pelo PBSM no município de Santo Antônio da Patrulha. Naquele momento, estavam realizando a regularização do CAR (Cadastro Ambiental Rural), destas propriedades.

**Figura 5 - Visita às famílias beneficiárias, no município de Santo Antônio da Patrulha**



Fonte: Autor

## **5. DISCUSSÃO**

### **5.1 Percepções Sobre o Programa e o Estágio**

As atividades desempenhadas durante o estágio buscaram privilegiar as experiências junto ao público e os técnicos do programa PBSM no estado do Rio Grande do Sul, possibilitando algumas reflexões e percepções a respeito do tema e das situações vivenciadas. Um aspecto relevante, neste processo de aprendizado, foi tentar compreender um pouco as circunstâncias e fazer uma contextualização histórica e cultural da pobreza no meio rural, principalmente fazendo a ligação com o público atendido pelo Programa.

Nas distintas bibliografias a respeito da pobreza no meio rural, são aprofundadas e formuladas inúmeras teorias a respeito do tema, situações estas que se aplicam em várias ocasiões acompanhadas durante a vivência do estágio. As razões da pobreza são muitas, estudadas e explicadas pelos mais diversos autores. Porém, todas as teorias convergem ao cerne da questão, ou seja, a concentração de poder, renda e capital. As questões fundiárias estão impregnadas em tal processo, pois desde os tempos da Brasil colônia a distribuição das terras favoreceu a diversos interesses, que jamais foram os de uma reforma agrária justa e equilibrada.

No RS foram sempre evidentes as disparidades vividas no campo, através da tradição de grandes fazendas e estâncias, com todas as implicações decorrentes disto. Posteriormente, com a modernização conservadora da agricultura, aumentaram as desigualdades no meio

rural, resultando no cenário atual, ou seja, de um lado as grandes cadeias agroindustriais e o mercado internacional de *commodities* agrícolas que conta com significativo apoio e incentivos governamentais e, de outro, um grande número de famílias em situação de abandono e de extrema pobreza.

O empobrecimento da grande massa de população urbana e rural no contexto de processos desiguais de desenvolvimento foi, em parte, decorrente de políticas desenvolvimentistas que priorizaram grandes monoculturas e a especialização de atividades, deixando, além da ilusória ideia de progresso e produtividade, uma série de consequências como: desemprego, concentração de renda e poder, latifúndios e uma legião de miseráveis às margens das estradas e dos centros urbanos. Parte do público alvo do PBSM é fruto deste processo extremamente excludente. Alguns desses aspectos ficam evidentes nos trabalhos de caracterização da pobreza e do público alvo do Programa, por exemplo, ao mencionar a dimensão do problema, apenas para retomar um dos dados, vale lembrar, que, em 2010, o RS tinha 30 mil domicílios em extrema pobreza<sup>2</sup> (EMATER, 2013).

Ao percebermos a dimensão da pobreza no estado do RS, é possível constatar a necessidade imediata da aplicação de políticas públicas efetivas, com intuito a sanar ou diminuir tal realidade. Além da precária situação econômica do público envolvido no Programa, uma série de outros fatores pôde ser evidenciada durante o desenvolvimento das atividades. As condições de isolamento social e geográfico vivido por muitas famílias não podem ser tratadas como mera escolha pessoal ou falta de sorte, uma vez que muitas simplesmente não existiam aos olhos do poder público e da sociedade em geral. O contexto vivido pelas famílias implica em um total isolamento, onde, não só o poder público as desconheciam, assim como suas realidades, mas também as comunidades vizinhas não as reconheciam, por questões de preconceito, discriminação ou mesmo descaso.

Foi possível acompanhar o relato de técnicos, de que, nas primeiras reuniões dos Comitês Gestores do Programa, em muitos municípios, os órgãos públicos locais informavam que ali não havia público que se enquadrasse nas condições de público-alvo do Programa, uma vez que se tratava de um município “rico”. Porém, nas atividades de Busca Ativa foram constatadas inúmeras famílias que se enquadravam nas regras do Programa. Durante a busca ativa ficou evidente o descaso ou desconhecimento da situação vivida pelas famílias do município, seja de isolamento social e abandono.

Outro aspecto relevante foi o preconceito vivido por estas pessoas, de todos os modos, da comunidade que as cercam, do município e de seus agentes públicos, da extensão rural, pois ainda este é um tema difícil e que enfrenta grandes desafios nas instituições de pesquisa e

extensão rural. Além do preconceito da sociedade em geral, que trata estas pessoas de forma indiferente, o que contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza.

A EMATER, ao se candidatar e se habilitar como entidade executora deste Programa, necessitou um amplo processo de reformulação e capacitação das equipes de campo à cerca deste tema. Porém, fica evidente o grande desafio que tal assunto apresenta. Mesmo nesta instituição, com notória tradição na extensão rural gaúcha, as questões da pobreza e da ação social são temas bastante polêmicos e divergentes.

Um Programa de tamanha envergadura e abrangência necessita um grande número de protocolos e procedimentos, principalmente os referentes a processos burocráticos, relatórios, sistematização de dados, elaboração de laudos, organização por parte das equipes, constante alimentação do banco de dados informatizado; em muitos casos, estas atividades concorriam com as demais demandas dos escritórios municipais, resultando em acúmulo de tarefas e trabalho.

Além disso, a característica peculiar vivida pelo público do programa tornava sempre as ações da extensão desafiadoras, uma vez que se trata de um público muito instável, tanto no aspecto financeiro, quanto social e emocional. Isto demandava, por parte das equipes, um maior envolvimento e uma grande capacidade de percepção da situação e da realidade das famílias. Neste contexto, se apresentavam constantes desafios às equipes, que necessitavam periódicos encontros para debate, treinamento, estudo e acompanhamento por parte da equipe gestora.

As dificuldades apresentadas às equipes ao longo do Programa em relação ao público trabalhado, e que puderam ser observadas durante o período do estágio, foram inúmeras. Foram constatados casos dos mais diversos, como alcoolismo, situação de necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, saúde, problemas relacionados à violência familiar, drogas, entre outros, que eram cotidianos ao longo do trabalho.

Ficava aí uma importante questão: como aplicar um projeto produtivo àquelas famílias? Esta questão foi, por muitas, vezes levantada ao longo do Programa, uma vez que a família se apresentava com demandas básicas mais urgentes do que as abordadas inicialmente pelo PBSM. Isso tornava ainda mais necessária a ação conjunta dos diferentes órgãos e agentes envolvidos no Programa, possibilitando a execução das atividades. Em muitos casos, a chegada do Programa representou não só a execução de projetos produtivos, mas levou também consigo uma série de outras ações que, efetivamente, resultaram em melhoria na qualidade de vida da família, como melhorias nas condições de saúde, nas habitações, regularização de documentações como posse das terras e aposentadorias, entre outras.

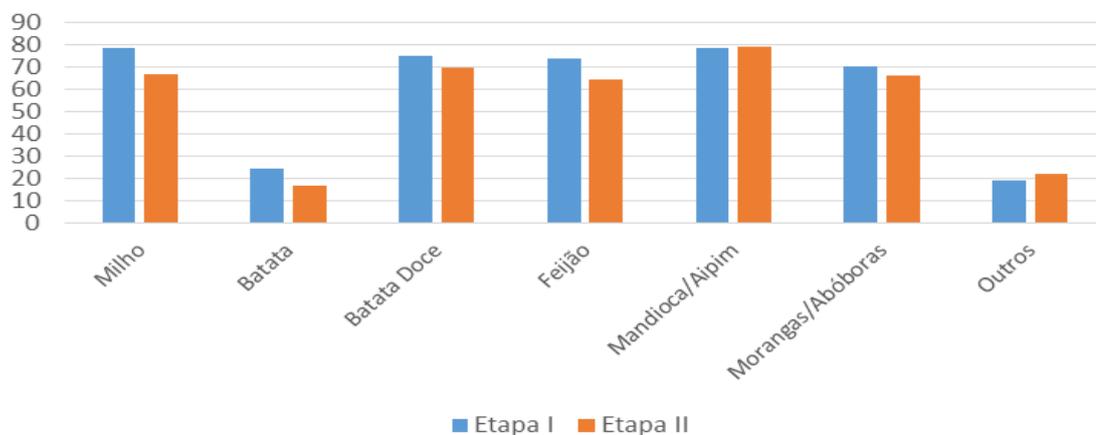
O protagonismo assumido pelas mulheres ao longo do trabalho, sem sombra de dúvidas, foi uma das grandes conquistas do PBSM, refletindo no sucesso da aplicação dos recursos e dos projetos produtivos. Os recursos eram preferencialmente destinados às mulheres, através de depósitos bancários na conta da titular.

Outro fator importante para a garantia dos resultados, é que a dinâmica da execução dos projetos primava pela aplicação dos recursos. Ou seja, os recursos eram liberados em três parcelas e para a liberação de cada etapa era necessário um laudo por parte do técnico, com a vistoria referente à aplicação dos recursos. Deste modo, exigia da equipe técnica um grande esforço e demanda de trabalho, porém qualificava e praticamente garantia a aplicação dos recursos.

O sucesso do Programa também foi comprovado pelo incremento na quantidade e qualidade da alimentação das famílias, pois, nas avaliações do item Qualificação da Segurança Alimentar e Nutricional atingiu níveis que superam os 98% de incremento. Isto se deve muito aos Projetos Produtivos bem elaborados e efetivamente aplicados, pois se optou pelo uso de metodologias participativas, sendo estes elaborados efetivamente pelas famílias com o auxílio dos técnicos. Em sua grande maioria, as famílias priorizaram projetos produtivos que contemplaram o auto sustento, pelo cultivo de produtos agrícolas como mandioca, batata-doce, milho, feijão, morangas e abóboras, hortas, pomares, aves, suínos, ovos, leite, conforme o demonstrado na Figura 6.

Fatores como a reintegração com a comunidade e com os agentes públicos locais também foram importantes conquistas do Programa, uma vez que, em média, quase 50% dos participantes do Programa relatam passar a participar de algum tipo de organização social local após o PBSM. Este aspecto fortalece os vínculos sociais, reintegrando a família à comunidade local e às organizações sociais.

**Figura 6 - % de famílias e cultivos destinados ao autoconsumo**



Fonte: EMATER, 2016.

Um aspecto que chamou atenção foi o grande número de crianças abrangidas pelo Programa, uma vez que as famílias contempladas possuíam, invariavelmente, um grande número de filhos. Desde sua elaboração, o Programa tinha o objetivo privilegiar este público, já que uma das exigências para que a família fosse contemplada era de que os filhos, em idade escolar, frequentassem as aulas. Foi possível o contato, nas saídas de campo, com crianças e, ao conversar com elas, ouvir o relato de como a vida melhorou nos últimos tempos (Figura 7). Tal tema traz sempre muita apreensão e angústia, uma vez que se trata ali da quebra do paradigma, pois está ali o elo para a interrupção do ciclo da pobreza. A atuação e preocupação com o futuro das crianças imersas na pobreza e na miséria deve ser prioridade, com apoio de toda a sociedade.

**Figura 7 - Crianças beneficiadas do Programa**



Fonte: Autor

## 5.2 Análise e Discussão dos Resultados Alcançados Pelo Programa

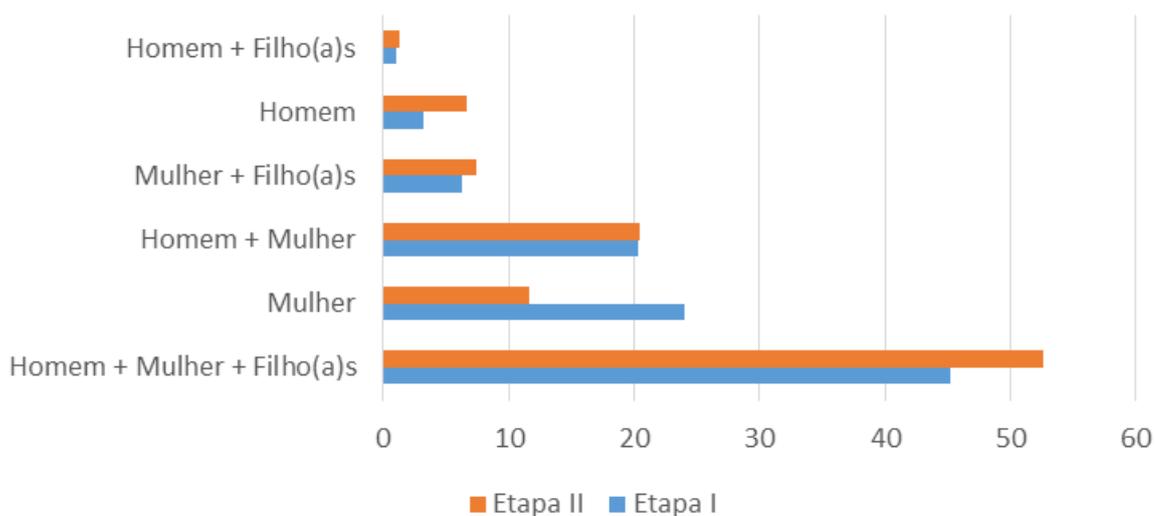
Visando a mensuração dos esforços dispensados nas Ações de Extensão Rural desenvolvidas na execução do Programa de Inclusão Social e Produtiva, a EMATER desenvolveu um sistema informatizado para recepcionar dados obtidos por formulário de avaliação criado a partir de indicadores socioeconômicos estabelecidos dentro do Acordo. A ideia é possibilitar a visualização e mensuração de resultados como a melhoria na segurança alimentar, a melhoria da renda, a participação sócio produtiva das famílias, o grau de satisfação, entre outras (Berbigier, 2015). A seguir são apresentados alguns resultados preliminares sistematizados a partir dos formulários de avaliação já aplicados e inseridos no sistema. Estes dados são preliminares e até o presente momento não foram publicados. Os dados tabulados são referentes aos participantes da primeira etapa do Programa, envolvendo uma amostra de 4800 famílias, considerando uma amostra de 80% dos beneficiários. Para a segunda etapa, a amostra envolve 2400 avaliações, representando 45% das famílias beneficiadas.

□ **Qualificação da Segurança Alimentar e Nutricional** – Nas Etapas I e II, 98,8% e 98,4% das famílias, respectivamente, passaram a produzir alimentos para o autoconsumo, cultivando policultivos como mandioca, batata-doce, milho, feijão, morangas e abóboras, hortas, pomares, aves, suínos, ovos, leite, etc.

□ **Geração de renda** – Nas Etapas I e II, 68,6% e 65,5% das famílias, respectivamente, passaram a vender de forma direta e em comércios locais os excedentes da produção obtida, contribuindo com a ampliação da renda familiar.

□ **Protagonismo das mulheres** – Participação de mais de 95% das mulheres na escolha, execução e gestão das atividades produtivas implantadas a partir do Programa na Etapa I e de 92% na Etapa II; houve atividades de formação e eventos para a qualificação das atividades exercidas por elas, bem como o acesso às informações sobre políticas públicas de direito social para mulheres. Reconhecimento, motivação e maior autoestima pelas próprias mulheres e também por suas famílias, conforme apresentado na Figura 8.

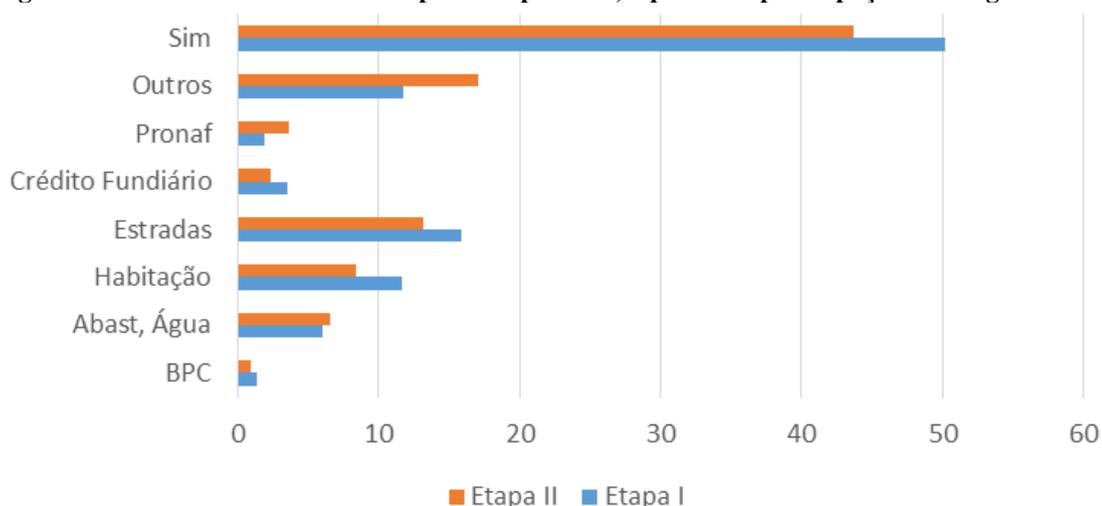
**Figura 8 - Divisão do trabalho familiar na execução das atividades produtivas**



Fonte: EMATER, 2016

□ **Acesso a outros programas e políticas públicas** – Os beneficiários conseguiram, através do programa (52% na Etapa I e 41% na Etapa II), acessar outros apoios: documentação, água, habitação, saneamento, educação, saúde, previdência social, regularização fundiária, melhoria de acessos e estradas, conforme apresentado em Figura 9.

**Figura 9 - Acesso a outros benefícios/políticas públicas, a partir da participação no Programa**

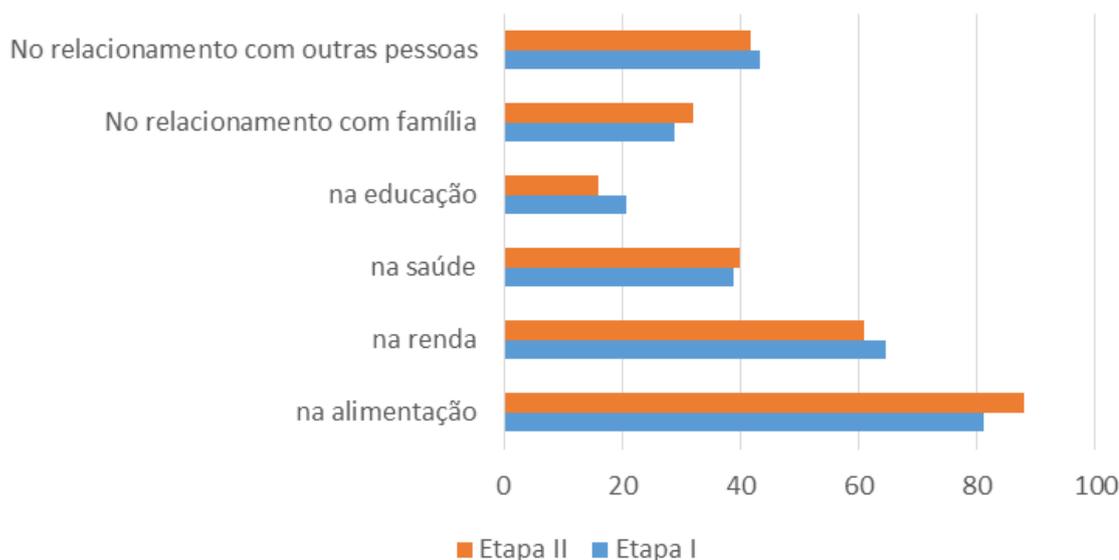


Fonte: EMATER, 2016

□ **Melhorias na Qualidade de Vida** – Para ambas as Etapas, mais de 70% dos beneficiários afirmaram ter obtido melhorias significativas na qualidade de vida (Figura 10),

especialmente na alimentação, na renda, na saúde, e nos relacionamentos sociais dentro e fora da família.

**Figura 10 - Principais aspectos na melhoria da qualidade de vida**



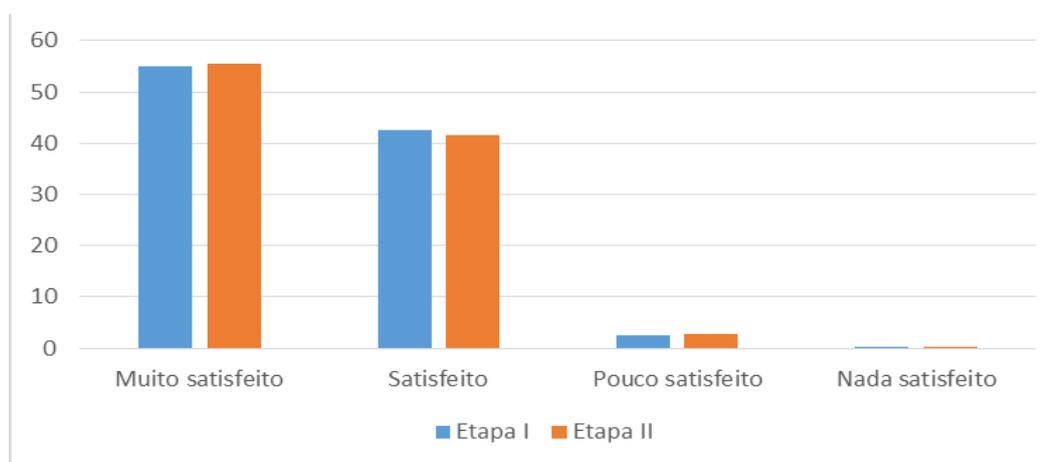
Fonte: EMATER, 2010

□ **Melhoria da Autoconfiança e motivação** – Para a Etapa I, 88,5% dos beneficiários declararam se sentir mais confiantes e motivados para seguir desenvolvendo as atividades do Programa. Já para Etapa II, o percentual subiu para mais de 91%.

□ **Participação Social e Produtiva** – Cerca de 24% e 42% das famílias (Etapa I e II, respectivamente) passaram a participar de organizações e espaços de convívio social (grupos, igreja, comunidades, associações, etc.).

□ **Grau de Satisfação das Famílias com o Programa** – 98% e 97% das famílias (Etapa I e II, respectivamente) informaram estar muito satisfeitas ou satisfeitas com a participação no Programa (Figura 11). Por ter possibilitado acréscimo na renda e melhor aproveitamento das propriedades com dicas e orientações técnicas; por ter gerado oportunidades de renda, integração e convívio social; por ter viabilizado a aplicação de recursos na época correta, entre outros.

**Figura 11 - Satisfação das famílias com a participação no PBSM**



Fonte: EMATER, 2016.

Estes dados são apenas uma amostra dos indicadores considerados no processo de avaliação do Programa, sendo importante destacar que para todos os itens houve incrementos positivos. Outros aspectos, tais como aquisição de bens, redução no número de famílias que recebiam donativos, aumento na quantidade e variedade de produtos da dieta, participação em eventos como feiras e cursos, reforçam a importância dos resultados obtidos na melhoria da qualidade de vida das famílias.

Cabe destacar a quebra da condição de invisibilidade e isolamento social, proporcionando que as famílias passassem a ser “enxergadas” pela sociedade local e poder público, contribuindo fortemente para o exercício de fortalecimento da cidadania das mesmas. Relatos ainda apontam a devolução do cartão do Programa Bolsa Família, por terem alcançado melhores condições de vida.

Um aspecto relevante é a descontinuidade que se apresenta ao Programa, uma vez que os recursos oriundos da União foram suspensos e, atualmente, as atividades basicamente estão restritas à ação de término da execução dos projetos produtivos, que receberam recursos, e na elaboração dos relatórios por parte das equipes. Muitas famílias ficaram sem receber partes dos recursos, ocasionando uma situação delicada para as equipes, que precisam lidar com esta pressão e com a desconfiança para novas etapas.

Atualmente, foi elaborada a proposta de terceira etapa para o Acordo, porém os recursos ainda não foram destinados, o que acarreta em uma descontinuidade no processo e desmobilização, tanto dos técnicos quanto da sociedade em geral.

O combate à pobreza não deve ser realizado apenas com políticas públicas paliativas, imediatistas e populistas, deve ser priorizado como meta de governos e estabelecido a fim de garantir o que prega a Constituição Brasileira em sua Carta Magna, onde estabelece “o *Direito à educação, saúde, moradia, trabalho e lazer*”.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio é, sem sombra de dúvidas, um momento ímpar no processo da graduação, pois, apresenta ao aluno uma integração dos mais distintos temas e abordagens, resultando em uma experiência marcante e possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos até aqui estudados, além dos mais distintos desafios e situações.

A atuação junto a uma entidade da envergadura da EMATER propicia ricas experiências e aprendizados. A convivência com técnicos da nossa área de atuação com vasto conhecimento, bem como de profissionais de outras áreas, nos fornece uma amostra da futura atuação na carreira, e como os desafios que enfrentaremos e o amplo espectro de possibilidade de atuação que nossa profissão apresenta.

Como o estágio teve um enfoque prioritário nas ações do PBSM no Estado, pude acompanhar os grandes desafios que se colocam em tal contexto. Ficou marcada a importância da formulação de políticas públicas que incidam sobre as causas da pobreza no meio rural, com o propósito de promover o real enfrentamento, não apenas tratando-as com políticas de governos, que mudam a contento de interesses.

A mobilização criada a partir do PBSM, no contexto do combate à pobreza rural, evidencia que é possível mudar a atual situação. O programa teve sim muitos problemas, porém as conquistas e méritos por ele alcançados superam sem sombra de dúvidas as previsões mais otimistas.

O combate à pobreza e às desigualdades sociais deve ser uma ação sistêmica e praticada pelos mais distintos âmbitos da sociedade, pois não se pode fechar os olhos para esta realidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERBIGIER, M.M. **PROJETO QUINTAIS SUSTENTÁVEIS: Uma ação específica de enfrentamento à pobreza rural nos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul**. UFSM. 2015. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo).

BENEDETTI, A. C. **Desafios Da Extensão Rural No Enfrentamento À Pobreza No Campo No Sul Do Brasil**. In: **III CONGRESO DE CIENCIAS SOCIALES AGRARIAS Departamento de Ciencias Sociales - Facultad de Agronomia Universidad de La Republica**, 2016, Montevideo. Anais... Montevideo: CCSA, 2016. p.21.

BUTTO, A. **Políticas de desenvolvimento para as mulheres rurais a partir de uma perspectiva de raça e gênero**. Brasília, 2014. P.21.

EMATER. **Proposta técnica: Fomento à Inclusão Produtiva para Agricultores (as) Familiares e Indígenas em Situação de Extrema Pobreza no RS**. Porto Alegre. 2013. 29p.

EMATER, **Regionais**, 2016a. Disponível em:

<<http://www.emater.tche.br/site/regionais/porto-alegre.php#.V7Rl5PkrJdg/>>. Acesso em: 17 de agosto, 2016.

EMATER. **Relatório de avaliação BSM**. Porto Alegre. 2016b. 41p.

MDS. **O Brasil Sem miséria**. 2016. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 3 de agosto, 2016.

IBGE, **Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico**. 2010. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/default\\_indicadores\\_sociais\\_municipais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm). Acesso em: 3 de agosto de 2016.

RABELO, M. M. **Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família: A voz das Beneficiárias**, p.83, Porto Alegre, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**, ed. 1ª, p.416, São Paulo, 2000.

SOUZA, J. **Para Compreender a Desigualdade Brasileira**, v.1, n.2, p. 86 a 88, Jul/Dez, 2006.